

**Concentração da riqueza e estrutura fundiária nas Minas setecentistas
(Comarca do Rio das Velhas, século XVIII)**

Raphael Freitas Santos
Doutorando em História\UFF
Professor substituto\UFOP.

RESUMO

Esse artigo procura entender o processo de intensificação da concentração da riqueza em uma porção do território da capitania de Minas Gerais e, a partir da análise da composição da riqueza dos inventariados mais ricos dessa região, identificar as transformações nos padrões de investimentos da elite local entre os anos de 1713 e 1773. A análise dos investimentos desse grupo, por meio de inventários *post-mortem*, nos mostrou a presença da produção rural voltada para o mercado interno entre as atividades mais dinâmicas e lucrativas nas Minas ao longo do século XVIII.

PALAVRA-CHAVE

História Agrária – Século XVIII – Mercado Interno,

Concentração da riqueza e estrutura fundiária nas Minas setecentistas (comarca do Rio das Velhas, século XVIII).¹

Raphael Freitas Santos

As pesquisas históricas, atualmente, vêm constatando a relevância da produção e da circulação de gêneros produzidos em Minas Gerais e destinados ao mercado interno regional. De acordo com essas pesquisas, desde o alvorecer do século XVIII já seria possível perceber uma paisagem não só urbana, mas também rural. Nessa “Minas rural” da primeira metade do século XVIII, a atividade agropastoril contava com o emprego significativo da mão-de-obra escrava, tinha contornos mercantis e era uma realidade em diversas regiões da capitania. Essa produção agropastoril “objetivava o abastecimento de uma sociedade de base econômica diversificada e marcadamente urbana, refletindo uma iniciativa eficaz por parte dos produtores e comerciantes de suprir esse abastecimento”.²

A partir dessas pesquisas, que se preocuparam em mostrar uma outra face da economia mineira,³ foi possível superar a idéia de que em meados dos setecentos ela teria involuído para “uma massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência”, conforme diagnóstico de Celso Furtado.⁴ Atualmente, a discussão em torno da existência de um mercado interno nas Minas já está bastante consolidada e a noção de “decadência”, antes dominante, já está ultrapassada. Contudo, conforme nos adverte Ângelo Carrara, “o prolongamento do pensamento ‘anti-decadentista’ pode conduzir inadvertidamente a uma perspectiva pró-dinamismo”, que pode soar extremamente exagerada.⁵

Sabendo disso pretendemos com o presente trabalho apresentar um panorama econômico de uma região de Minas Gerais, a comarca do Rio das Velhas, atentando para a importância das produções voltadas para o abastecimento na composição da riqueza de uma parte do segmento mais rico da população. Para tanto nos valem, principalmente, das informações retiradas de 379 inventários *post-mortem* escritos entre 1713 e 1773 e de algumas escrituras públicas registradas em Livros de Notas durante o século XVIII.⁶

Antes de qualquer coisa é preciso ressaltar que a história de uma região ou de uma localidade não se define apenas por um recorte espacial menor. Mais do que isso, uma região deve ser entendida como uma base territorial de certa forma integrada, com afinidades sociais e econômicas.⁷ Localizada em

¹ Pesquisa financiada, em momentos diferentes, por CNPq e CAPES.

² MENESES, 2000: 198.

³ Ver, por exemplo: MAXWELL, 1977; GUIMARÃES & REIS, 1986; PAULA, 1988; MENEZES, 2000; SILVA, 2002; CARRARA, 2007.

⁴ FURTADO, 1977: 93.

⁵ CARRARA, 2007: 28.

⁶ As informações quantitativas foram potencializadas por meio da utilização de uma base de dados informatizada, gentilmente cedida pela Prof^a. Beatriz R. Magalhães, coordenadora do Projeto “Banco de Dados de Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas – século XVIII”.

⁷ Segundo Erivaldo Fagundes Neves, “o conceito de região é dinâmico. Varia conforme fatores físicos, sociais ou econômicos que interferem na definição do espaço”. NEVES, 1998: 21.

um território amplo, que abarcava uma grande parte da região central e do noroeste da capitania de Minas Gerais, a comarca do Rio das Velhas era uma região diversificada economicamente. A maior comarca de Minas contava com ricos veios auríferos (principalmente na região entre Sabará e Caeté) e grandes terrenos destinados à pecuária (como a barra do Rio das Velhas, por exemplo); possuía, ainda, importantes entrepostos comerciais, como Sabará, Santa Luzia e Roça Grande. Mas o que garantia à região certa integração eram os grandes rios que a banhavam, notadamente o rio das Velhas e o São Francisco. Além de importante rota comercial com o norte da capitania, com os sertões baianos e com Salvador, o território próximo a esses rios representa o eixo norteador da ocupação da região.

A CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA

Estabelecer as fronteiras materiais que separavam pobres e não-pobres nos colocam diante de sérios riscos. Sabemos que as definições quantitativas acabam sendo arbitrárias e podem projetar critérios contemporâneos em sociedades do passado.⁸ Além disso, a riqueza e a pobreza podiam representar algo mais do que a simples capacidade ou não de acumular riqueza. Para contornar essa dificuldade de traçar com precisão os limites entre as camadas sociais optamos por dividir a população inventariada de acordo com a sua capacidade de adquirir escravos. Isso porque a propriedade de pessoas na sociedade em foco transcendia a dimensão do investimento econômico, de força de trabalho; era um elemento de distinção, capaz de conferir *status* ao seu possuidor.

A partir dos dados levantados por Luna, 57% dos proprietários, em 1718, tinham menos de 5 escravos, sendo que em Vila Rica e São João Del Rey a percentagem era, respectivamente, 65% e 67%.⁹ Na vila de Congonhas, localizada na comarca do Rio das Velhas, 70% dos proprietários, entre 1771 e 1790 possuíam menos de 5 escravos.¹⁰

Acreditamos que entre as pessoas cujos bens foram inventariados na comarca do Rio das Velhas, podemos considerar como “pobres” aquelas capazes de adquirir em vida, no máximo 5 escravos; ou em termos de riqueza, que acumularam até 999\$999 em bens, sejam eles em escravos ou não. Isso porque, de acordo com nossas pesquisas, as pessoas que morreram deixando inventários e acumularam em bens um valor menor que 999\$999 possuíam, em média, 4,2 escravos. Além disso, segundo Laird Bergad, o preço médio de um escravo entre 15 e 40 anos nas Minas girava em torno de 168\$000.¹¹ Portanto, as pessoas que conseguiram acumular até 999\$999, se pagassem esse preço por um escravo, poderiam ter, no máximo, 5 escravos.

Tendo como parâmetro os dados apresentados acima acreditamos ser possível presumir que as pessoas que acumularam entre 1:000\$000 e 4:999\$999 escaparam da pobreza, mas não poderiam ser consideradas ricas nessa sociedade já que tinham um padrão mediano de acumulação. A estrutura de posse de escravos desse grupo é de 12,3 escravos por

⁸ VENÂNCIO, 2001: 137.

⁹ LUNA, 1981: 68.

¹⁰ LUNA & COSTA, 1982: 38.

¹¹ BERGAD, 2004: 247.

inventariado. Isso significa que os padrões de posse dessa camada são ligeiramente inferiores à média do conjunto total de inventariados, que durante o período recortado apresentou uma posse média de 13,7 escravos.

O único grupo que consideramos como rico na comarca do Rio das Velhas foi aquele composto por pessoas que conseguiram acumular em vida mais do que 5:000\$000. As pessoas com uma riqueza superior a esse valor estavam muito acima da média regional de posse de escravos, contando com cerca de 44 escravos por inventariado – sendo que os indivíduos que acumularam mais de 20:000\$000 possuíam, em média 120 escravos.

Portanto, consideramos na presente pesquisa pessoas “pobres” (entre a população cujos bens foram inventariados nos cartórios da comarca do Rio das Velhas) aquelas que acumularam em vida até 999\$999. Já aquelas que foram capazes de acumular entre 1:000\$000 e 4:999\$999 apesar de não serem pobres, acreditamos que também não poderiam ser chamadas de ricas. Já a elite da comarca, no período recortado, era composta por pessoas que acumularam em bens a quantia superior a 5:000\$000, embora existissem nesse grupo fortunas superiores a 20:000\$000, muita riqueza para o contexto da região.¹²

A análise do gráfico 1 nos permite perceber como que, ao longo do século XVIII, a riqueza tendeu a uma crescente concentração. A percentagem de pessoas que integravam as camadas médias diminuiu de 26% para 16%. Aumentou o número de indivíduos considerados pobres de 32% para 45%, sendo que houve um crescimento principalmente do percentual de indivíduos que acumularam menos que 499\$999, de 21% para 36%. E, por outro lado, surgiu um pequeno grupo de pessoas muito ricas, que acumularam fortunas acima de 50:000\$000.

Qual seria a explicação para a intensificação da concentração da riqueza entre a população livre na comarca do Rio das Velhas, a partir da segunda metade do século XVIII? Acreditamos que esse fenômeno possa ser explicado pela mudança gradual no panorama econômico da região ao longo do século XVIII. Devido às condições demográficas e econômicas das Minas, logo os ofícios nos núcleos urbanos e a produção agropastoril de subsistência nas áreas rurais se tornaram as principais formas de ocupação da maioria da população mineira. Essas unidades urbanas e rurais, por sua vez, eram na maioria das vezes pequenas, mas contavam, não raramente, com trabalho de escravos e agregados auxiliando a produção familiar.¹³

É claro que desde as primeiras décadas dos setecentos houve movimentos migratórios no interior da capitania, em grande medida devido à larga oferta de terras, mas eles se acentuaram na segunda metade do século XVIII. Foi nesse período que alguns núcleos urbanos foram perdendo habitantes e as regiões de fronteiras de Minas Gerais se tornaram cada vez mais atrativas. Os padrões de investimentos da maioria das unidades produtivas assentadas nesse momento se aproximavam da produção de subsistência – o que explicaria o grande abismo social aberto a partir da segunda metade do século XVIII.

¹² Desagregamos alguns dados no gráfico 1, em anexo, com o objetivo de apresentar a complexidade da composição da riqueza inventariada na região.

¹³ Essas são características apontadas por CARDOSO, 1979.

É claro que não era só de núcleos urbanos decadentes e unidades de subsistência que se constituía o panorama produtivo da capitania, em meados do setecentos. A crise gerada pela rarefação do ouro impôs novas perspectivas econômicas para a elite da capitania. Para essas pessoas as áreas de fronteiras também foi um destino natural. Ali estabeleceram unidades voltadas para a produção mercantil de gêneros alimentícios, que acabaria se tornando a melhor alternativa de investimento para a época, haja vista a grande demanda propiciada pelo enorme contingente populacional que permaneceu povoando a região, pelas perspectivas do comércio inter-regional e, é claro, o valor social da posse de terras e escravos.

Até aqui nenhuma novidade. Talvez sejam apenas dados sugerindo algo que já foi amplamente difundido na historiografia mineira. No entanto, ao contrário do que se supunha anteriormente, a produção de alimentos, mais do que uma alternativa à crise, poderia ser uma atividade bastante lucrativa, inclusive durante a primeira metade do século XVIII. É o que nos mostra a análise em série dos inventários *post-mortem* dos membros da elite econômica local.

A COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA¹⁴

Examinando as 10% maiores fortunas inventariadas (ver gráficos 2, 3 e 4, em anexo), observamos que a posse de escravos, que no início do setecentos equivalia a 54% dos investimentos, foi aos poucos deixando de ser o investimento majoritário de parte da elite local.¹⁵ Por um lado isso significa que as maiores fortunas durante o primeiro período recortado estavam assentadas, como já era de se esperar, na atividade mineradora; mas, por outro, que em algum momento a partir do segundo quartel do século XVIII a mineração deixou de ser a ocupação principal dos homens mais ricos da comarca. Curiosamente, durante o auge da mineração, a maior parte das grandes fortunas estava assentada em atividades como a pecuária, a agricultura ou o comércio. Nesse período (1734-1753), cerca de 42% dos homens mais ricos tinham como atividade produtiva a mineração, enquanto que no primeiro recorte (1713-1734) todas as grandes fortunas analisadas foram construídas por meio da extração aurífera.

Uma importante característica da atividade mineradora foi a concentração dos investimentos em torno da posse de escravos – o que

¹⁴ Para melhor acompanhar as mudanças processadas na comarca do rio das Velhas, os dados foram analisados em períodos de aproximadamente 20 anos, marcados por momentos distintos da economia regional. São eles: 1º) 1713-1733; 2º) 1734-1753; 3º) 1754-1773. Esses períodos correspondem, respectivamente, a três momentos importantes da economia mineira setecentista: o período de montagem da sociedade mineradora, o auge da mineração e o início do declínio da extração mineração. No primeiro período (1713-1733), dos 43 inventários disponíveis, foram analisados os quatro maiores monte-mores (valor correspondente ao conjunto dos bens avaliados); no segundo período (1734-1753) em que foram examinados 137 inventários, priorizamos os quatorze maiores monte-mores; enquanto que no último período (1753-1773), entre os 199 inventários, foram analisados os vinte maiores monte-mores.

¹⁵ Esse fenômeno poderia ser explicado pelas sucessivas reduções nos preços dos escravos, devido ao aumento da oferta no mercado internacional. Além disso, o incremento gradual dos escravos coloniais no conjunto dos plantéis inventariados, ao longo do século XVIII, proporcionou uma menor dependência junto ao comércio externo, forçando, cada vez mais, a redução nos preços dos cativos. Sobre os padrões de posse de escravos na região ver: SANTOS, 2004.

explicaria porque no gráfico 2 observamos uma presença maior dos escravos na composição da riqueza. A fortuna dos mineradores advinha menos de suas lavras do que de seus escravos, isso porque as lavras eram bem menos valorizadas no conjunto dos bens. Talvez devido à irregularidade de sua comercialização, ou pelo tamanho diminuto das datas ou dos terrenos onde estavam situadas as lavras, ou por serem muitas vezes exploradas em sociedade com outros indivíduos. O fato é que na maioria dos casos os regos e lavras valiam menos do que sítios e ranchos.

Isso significa que o aumento médio de mais de 10% (por período recortado) na participação dos imóveis na composição dos maiores montes, provavelmente estava ligado ao contexto de redimensionamento das unidades produtivas, pelo qual passou a região durante esse período. Uma maior presença de imóveis no conjunto dos investimentos de parte da elite da região não se relaciona necessariamente ao aumento no número de imóveis adquiridos por eles (embora isso também tivesse acontecido), mas à posse de propriedades que valiam muito mais do que àquelas adquiridas anteriormente; isto é, propriedades rurais como sítios, ranchos e fazendas.

Esse processo de “ruralização” da sociedade e das riquezas atingiu tamanha importância, que no período posterior a 1754, 60% das maiores fortunas inventariadas estavam assentadas (enquanto investimento principal ou secundário) em unidades agrícolas e de pecuária; sendo que 35% delas foram construídas tendo como a principal atividade produtiva gêneros voltados para o abastecimento. É importante ressaltar, no entanto que essa estratégia não foi apenas uma solução para a crise da mineração, mas um processo que teria começado já no segundo quartel do século XVIII e intensificado nesse momento.¹⁶ Ademais, em uma sociedade nas qual as pessoas compartilhavam uma mentalidade típica de Antigo Regime, ser proprietários de terras e homens o desejo por distinção e honra; além, é claro, de garantir um rendimento estável para viver com *status* econômico e moral.¹⁷

Um caso ilustrativo desse processo pode ser encontrado na trajetória de João Chaves Bittencourt. De acordo com uma lista produzida a pedido da Coroa portuguesa, em 1756, Bittencourt foi identificado como comerciante e estava elencado entre os homens mais abastados de Santa Luzia, na comarca do Rio das Velhas.¹⁸ No entanto, em 1775, no ano em que faleceu, não foi encontrado em seu inventário *post-mortem* qualquer resquício de seu passado como comerciante, apenas uma morada de casas localizada em Santa Luzia, avaliada em 100\$000. O inventariado, que havia morrido em seu sítio chamado de “Taquara do Espírito Santo”, localizado próximo ao arraial de Roça Grande, possuía a maior parte dos investimentos, respectivamente, em escravos e imóveis rurais – o que indica uma guinada em sua atividade majoritária: do

¹⁶ Conforme bem observou Bergad, “a produção de alimento não emanou apenas da necessidade, mas também das impressionantes oportunidades comerciais que oferecia, devido aos elevados preços pagos por qualquer mercadoria nas zonas de mineração. (...) Nesse contexto de preços elevados e forte demanda crescente de uma boa diversidade de alimentos básicos, emergiram a lavoura e a criação de gado em Minas”. BERGAD, 2004: 51-52.

¹⁷ Sobre a mentalidade de Antigo Regime, aplicado à realidade colonial brasileira ver: FRAGOSO & FLORENTINO, 1998. Já no que tange ao status econômico e moral na sociedade pré-capitalista ver: MOORE JR, 1999.

¹⁸ AHU – Conselho Ultramarino – Brasil/MG – cx. 70, doc. 40.

comércio, notadamente urbano, para a produção agropastoril, primordialmente rural.¹⁹

EXEMPLOS DE PROPRIEDADES RURAIS DA REGIÃO

Na comarca do Rio das Velhas, desde o início do século XVIII, existiram dentro das unidades mineradoras (principalmente aquelas que contavam com muitos escravos) “roças” e “sítios” em que eram produzidos alimentos essencialmente para o abastecimento da própria unidade produtiva. Um bom exemplo disso foram as “lavras de tirar ouro citas Rio das Velhas Acima com um serviço de água”, vendidas a Antônio de Amorim Soares pelo sargento-mor Bento Rodrigues de Andrade. De acordo com a escritura foi negociado também “mais um sítio nas ditas lavras que tem uma casa de vivenda (...) e uma senzala velha”.²⁰

Outro exemplo foi o “sítio com suas lavras de ouro com seu córrego de água”, que já teria pertencido a Francisco Paes Lemes. Em 1721 o sítio foi vendido por João de Freitas de Araújo ao reverendo padre Francisco de Oliveira Barbosa. Este, além do sítio e da lavras de ouro, comprou “20 cabeças de gado e outras tantas cabeças de porco entre grandes e pequenos”, ovelhas, carneiro e cabras, e algumas plantações que estavam na propriedade.²¹

Foram raros os registros tanto em escrituras de compra e venda quanto em inventários *post-mortem* de unidades produtivas voltadas apenas para a mineração, embora elas existissem. Essas unidades, por sua vez, eram mais dependentes em relação ao mercado local de alimentos. Foi a demanda gerada por elas, somada, principalmente, por aquela provocada pelos núcleos urbanos, que propiciou o florescimento de inúmeras unidades de subsistência que negociavam seu excedente no mercado; e outras tantas que eram especializadas na produção de alimentos.

Um dos casos mais emblemático de unidade especializada na produção de gêneros voltados para o abastecimento foi, sem dúvidas, a fazenda da Jaguará. Situada próximo à freguesia de Santa Luzia, “com cerca de 2.040 km², ou 47 léguas quadradas, as fazendas que constituíam o Vínculo formaram-se ao longo do século XVIII. Seu núcleo original era constituído pelos sítios do Sumidouro e do Jequitibá, fabricados originalmente por Domingos Dias da Silva desde os fins do século XVII até 1716, e vendidos depois para o então sargento-mor João Ferreira dos Santos”.²²

Depois da compra, João Fernandes dos Santos, a fim de legalizar a propriedade da terra, solicitou “meia légua de terra”, conforme a carta de sesmaria datada de 1733. De acordo com o documento o sargento-mor “fabricou um sítio onde tem sua roça de legumes como o fizeram todos os moradores destas Minas”. Além disso, afirmava que “tinha fabricado um engenho de meter cana e farinhas com despesa grande para que necessitava

¹⁹ MO – Casa Borba Gato/IPHAN: Inventários (CPO) Ref. Ant. 07(65) 03/04/1775.

²⁰ MO – Casa Borba Gato/IPHAN – CSO: Livros de Notas 02 (06) – 04/12/1720, fl. 105v-106v.

²¹ MO – Casa Borba Gato/IPHAN – CSO: Livros de Notas 02 (06) – 01/05/1721, fl. 154v-156.

²² CARRARA, 2007:140-141.

de terras para planta do mesmo engenho e sustentação da fabrica de escravos”²³

No momento da morte de seu proprietário, em 1739, a fazenda contava com um engenho de cana de moer aguardente com sua casa de vivenda, engenho de pilões de milho e também de mandioca; várias casas de telha, paiol, olaria e uma capela. Encontrava-se, ainda, entre os bens avaliados separadamente da propriedade, 47 formas de pau e 14 de barro, 16 pipas, 9 coches, 4 cumbucas de cobre, 3 carros e 5 juntas de bois – instrumentos essenciais na produção de cachaça e açúcar –, 5 arados – o que aponta para o alto nível técnico da produção dessa propriedade –, um rebanho que contava com 128 cabeças, além de farinha e cana. Para trabalhar nas suas propriedades, o sargento-mor possuía um impressionante plantel de 239 escravos.²⁴

Apesar da grandiosidade da Fazenda Jaguará, é preciso salientar que ela não era uma exceção no panorama produtivo da Comarca. Existiram vários outros exemplos de unidades escravistas especializadas na produção de alimentos nessa região, guardadas as devidas proporções. Vejamos o exemplo da propriedade de Catarina Soares Pereira arrolada no processo de inventário de seus bens, feito em 1733 – portanto, ainda nas primeiras décadas de povoamento do território.

Catarina foi casada com Manoel Gonçalves de Barros e eles residiam em uma casa coberta de telhas, próxima ao arraial de Nossa Senhora da Lapa. O sustento dessa família provinha, entretanto, de um sítio que eles possuíam “adiante do arraial da Lapa”, que produzia, principalmente, aguardente e mandioca. De acordo com a descrição feita no processo, a propriedade contava, entre outras coisas, com capoeiras, um quartel de cana plantado, casas de vivenda e “duas casas mais, um paiol e [uma] casa de engenho de pilões de água com escaroçador de moer cana”. Além disso, possuía uma roda de mandioca com água, uma prensa e fornos de cobre. Para o trabalho na unidade produtiva, o casal contava com 23 escravos, todos africanos, que foram avaliados em 3:370\$000.²⁵

O exemplo de Manoel Moreira dos Santos também é emblemático nesse sentido. O inventariado, que morreu com um monte-mor superior a 9:000\$000, possuía entre seus bens “umas roças com mil e duzentos alqueires de milho” e “um sítio com cana, engenho com forno de cobre e paiol” que contava também com um alambique, três tachos, quarenta e sete barris, duas madeiras, três colheres, um carro e um carretão.²⁶ Percebe-se que as unidades produtivas do inventariado eram capazes de fornecer dois dos produtos mais consumidos nas Minas: cachaça e milho.

Segundo Maxwell, “embora fosse necessário um período de cultivo maior para produzir cachaça em Minas do que mais perto do litoral, as primeiras duas décadas do século XVIII assistiram ao rápido crescimento do número de engenhos e uma crescente produção de açúcar e cachaça para o consumo local”.²⁷ Entretanto, sem desconsiderar a importância do açúcar e dos outros derivados da cana, é preciso destacar que a aguardente era, de todos, o

²³ Documento transcrito e publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, 1899, p. 850-1.

²⁴ MO – Casa Borba Gato/IPHAN – CSO: Inventários Ref. Ant. 19(02)– 02/07/1739.

²⁵ MO – Casa Borba Gato/IPHAN – CPO: Inventários Ref. Ant. 01(08)– 20/07/1733.

²⁶ MO – Casa Borba Gato/IPHAN – CSO: Inventários Ref. Ant. 46A(23)– 27/02/1740.

²⁷ MAXWELL, 1978: 111.

mais consumido pelos mineiros.²⁸ Outro produto que era bastante comum na mesa dos mineiros era o feijão. Somado ao milho, a cachaça e a carne de porco, o feijão fecha o conjunto dos produtos mais produzidos e consumidos nas Minas. Entretanto, encontramos indícios de uma produção ainda mais diversificada, com produtos como o fumo, por exemplo.

De acordo com o inventário dos bens de João Vieira Campos, ele possuía um rancho com duas senzalas e um quintal com suas bananeiras e “uma roça com todas as suas plantas”. Consigo, antes de morrer, o inventariado tinha armazenado “130 varas de fumo”, “120 mãos de milho”, provavelmente colhidas de sua roça – isso porque não há indício algum em seu inventário de que era dono de alguma venda.²⁹ Outro caso interessante é o de Manoel Pinto de Melo, que morava em um sítio chamado “Conceição”, em uma “casa de vivenda com seu oratório” localizada próxima ao arraial de Curral del Rey. Quando ele resolveu vender o sítio existiam “plantado 12 alqueires de milho [e] 40 mil pés de fumo”. Além disso, 300 mãos de milho empaiolados e 11 cabeças de porco.³⁰

A presença marcante da pecuária na economia regional também pode sinalizar para sua complexidade. Pelo menos até a metade do século XVIII, foi o sertão da comarca do Rio das Velhas a região que mais se destacou na criação e comércio de gado vacum e, possivelmente, de porcos entre as comarcas mineiras. Encontramos vários inventários em que os indivíduos possuíam suínos e/ou bovinos, mas vale destacar o inventário de João de Meirelles Freire. Casado com Ana Pires Maciel, Freire contava, em sua “Fazenda do Acari”, com nada menos que 2908 cabeças de gado, que valiam cerca de 12:600\$000, uma pequena fortuna.³¹

Com base nessas e em outras evidências podemos dizer que a economia da região aqui analisada era bem diversificada, sendo que essa diversificação não era observada apenas no contexto geral, mas, muitas vezes, também, dentro das próprias unidades produtivas. A produção local, por isso não se limitava ao mercado local. Talvez parte dela tenha sido escoada para outras regiões de Minas Gerais, ou mesmo, direta ou indiretamente para outras capitanias.³²

Um caso emblemático está relacionado às plantações de mandioca na comarca do Rio das Velhas. Em uma circular expedida em 1777 pelo governador da Capitania, foi solicitado aos ouvidores informações sobre roceiros que plantavam mandioca nas comarcas mineiras. O objetivo dessa circular era saber quanto de sua produção, cada região poderia remeter para auxiliar no provimento das tropas que deviam defender o Rio de Janeiro de uma possível invasão castelhana. As comarcas mineiras, dessa forma, tinham uma quota, em farinha, que deveriam enviar às tropas. Segundo José Newton de Meneses, a quota estabelecida para a comarca do Rio das Velhas foi a maior, 30.000 alqueires. Mas, como a comarca do Rio das Mortes não

²⁸ Apesar das inúmeras proibições em torno da construção de engenho na região mineradora são vários os exemplos de propriedades em que se produzia cachaça e açúcar. Ver: COSTA, 1963 e GODOY, 1999.

²⁹ MO – Casa Borba Gato/IPHAN – CSO: Inventários Ref. Ant. 46(10) – 14/03/1713.

³⁰ MO – Casa Borba Gato/IPHAN – CPO: Livros de Notas 03(02) – 13/11/1721, fl. 123v-124.

³¹ MO – Casa Borba Gato/IPHAN – CSO: Inventários Ref. Ant. 45(01) – 09/08/1742.

³² Como aconteceu, décadas mais tarde, no caso da relação entre a produção de milho e a criação de porco em Minas Gerais. Ver: SLENES, 1985: 53.

conseguiu atender a solicitação feita pelo governador, ele foi obrigado a pedir uma complementação de 5.000 alqueires à comarca do Rio das Velhas.³³ Esse episódio ilustra bem a vocação da região aqui analisada para a produção de alimentos e como essa produção não se limitou aos limites administrativos do território.

Portanto é plausível afirmar que na comarca do Rio das Velhas a produção e a circulação de produtos voltados para o abastecimento sempre foi importante e tendeu ao crescimento; e que essa produção provavelmente ultrapassou esferas ultra-localizadas, superando as fronteiras administrativas da comarca. Isso foi possível devido ao incremento da população, à grande oferta de terras nas áreas de fronteira e à integração possibilitada por diferentes circuitos comerciais, tanto com a região mineradora, quanto com os sertões mineiros.

Como vimos não eram raras as unidades produtivas mercantis agropastoris, que contavam com grandes extensões de terras, muitos escravos e que produziam com a finalidade de abastecer unidades mineradoras e núcleos urbanos, de dentro e fora da comarca. Unidades como essas fizeram parte da composição das maiores fortunas inventariadas na região, desde o primeiro quartel do século XVIII. Mas foi a partir de meados do setecentos, com a rarefação da extração aurífera, que esse modelo de unidade produtiva se tornou a principal alternativa de investimento para a elite local. O resultado dessa conjuntura foi uma tendência crescente à dispersão da população para as áreas de fronteira, a concentração fundiária e a intensificação da pobreza (conforme aponta o gráfico 1), haja vista a diminuição da possibilidade real de ascensão social à produção agropastoril mercantil e ao comércio.

No entanto é preciso ressaltar que a redução na exploração do ouro não deve ter trazido retração em todos os setores da economia mineira. É claro que, além de atingir mineradores e toda a sorte de ocupação notadamente urbana (como o comércio, a faiscação e os ofícios), afetou sensivelmente o mercado de produtos importados e de escravos. Mas há indícios de que setores não menos lucrativos como o mercado interno de alimentos (como milho, mandioca e, principalmente, carne) e de produtos locais (como cachaça, sal, banha, couro, fumo e tecidos grosseiros, por exemplo) tenha permanecido aquecido.³⁴

Isso fica claro quando analisamos os investimentos de parte da elite da comarca do Rio das Velhas. Conforme apontamos, entre os 10% maiores monte-mores a produção de gêneros destinados ao mercado local e inter-regional foi a atividade majoritária ou secundária na composição da maior parte das fortunas da elite local entre 1734 e 1773 (conforme os gráficos 2, 3 e 4). Essa hipótese ganha ainda mais força quando observamos o aumento gradual da participação das dívidas ativas na composição das fortunas inventariadas na região do Rio das Velhas. Além de representar uma diversificação de investimento (no caso de empréstimos, penhores e arrestos), a grande

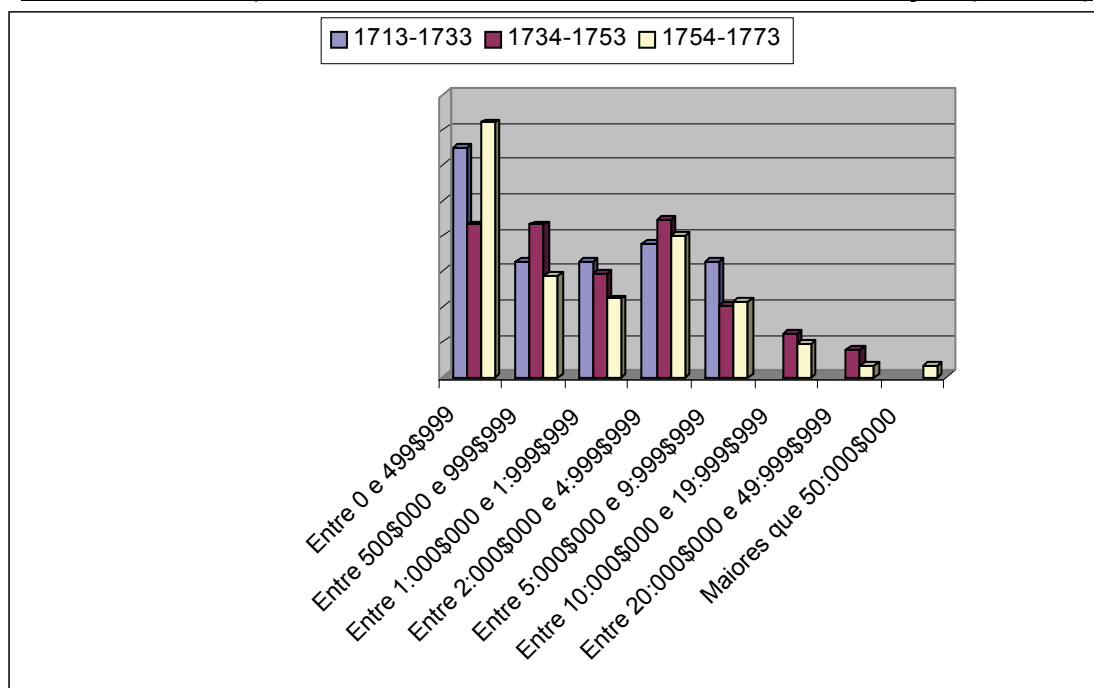
³³ MENESES, 2000: 185-6.

³⁴ Segundo Maxwell, “depois do decênio de 1760, qualquer produto local suportava uma comparação favorável com os artigos importados, e a elasticidades da economia regional ante uma catastrófica contração do volume do comércio externo refletiu-se de diversos modos nos dígitos e nas entradas: pois enquanto a queda das últimas é agora notória, os primeiros mantiveram um nível de arrecadação que apresentava pouca mudança substanciais desde a década de 1750.” MAXWELL, 1977: 112. Ver também CARRARA, 2007, 246-251.

presença dos créditos na composição das fortunas sinaliza para uma crescente comercialização dessa produção local e, portanto, para um incremento desse mercado. Isso porque, conforme foi proposto em um trabalho anterior, a maior parte das transações comerciais nesse momento eram realizadas por meio de práticas creditícias.³⁵

ANEXO 1: Gráficos

GRÁFICO 1: Riqueza inventariada dividida em faixas acumulação (em réis)



FONTE: Banco de Dados de Inventários e Testamentos da comarca do Rio das Velhas – século XVIII.

³⁵ Sobre a importância e das práticas creditícias no mercado mineiro setecentista e o seu funcionamento, ver comunicação apresentada no XII Seminário sobre economia mineira: SANTOS, 2006.

GRÁFICO 2: Perfil dos investimentos dos 10% mais ricos (1713 – 1733).

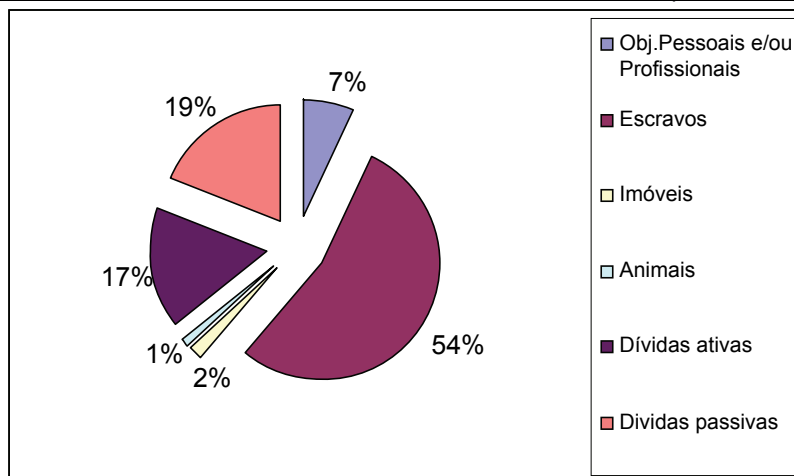


GRÁFICO 3: Perfil dos investimentos dos 10% mais ricos (1734 – 1753).

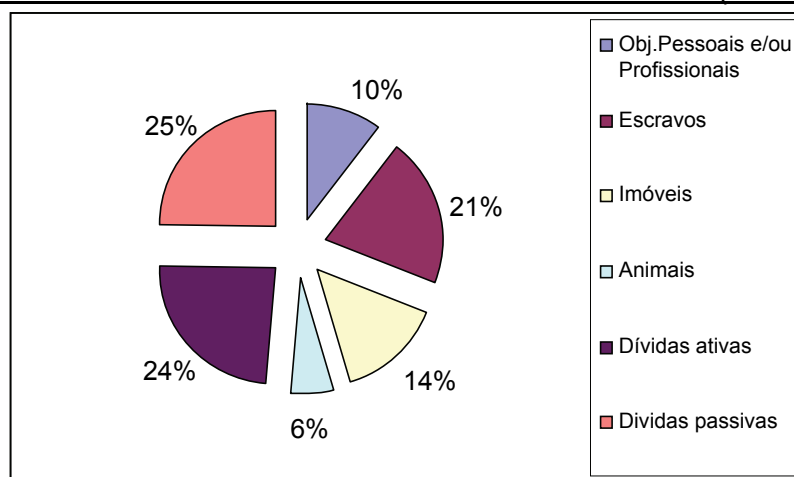
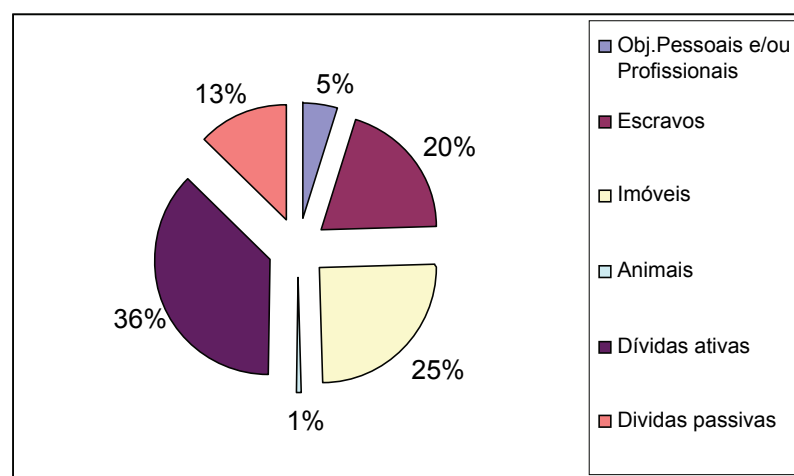


GRÁFICO 4: Perfil dos investimentos dos 10% mais ricos (1753 – 1773).



FONTE: Banco de Dados de Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas – século XVIII.

ANEXO 2: Relação dos 10% maiores monte-mores – comarca do Rio das Velhas 1713-1773.

Entre 1713 e 1733:

Cartório	Ref. Antiga	Data da abertura	Inventariado	Monte-mor calculado (em reis)
CSO	46(10)	14/3/1713	João Vieira Campos	9:079\$353
CSO	14(04)	12/9/1730	Inácia de Miranda	7:635\$680
CSO	03(07)	28/1/1733	Ângela Moreira	5:487\$800
CPO	01(08)	20/7/1733	Catharina Soares Pereira	5:328\$200

Entre 1734 e 1753:

Cartório	Ref. antiga	Data da abertura	Inventariado	Monte-mor calculado (em reis)
CSO	(46)02	29/10/1744	Manoel das Neves Ribeiro	62:975\$627
CPO	03(33)	7/7/1751	Domingos de Araújo Lima e Burgos	25:237\$134
CPO	03(32)	14/9/1750	Manoel Maciel	22:284\$283
CPO	02(21)	13/1/1743	Manuel Lopes Machado	22:207\$682
CSO	46a (13)	21/1/1743	Manoel da Costa Barroso	21:854\$000
CSO	08(06)	22/12/1749	José Tavares Pereira	20:286\$385
CSO	19(02)	2/7/1739	João Ferreira dos Santos	18:748\$089
CSO	45(01)	9/8/1742	João de Meirelles Freire	17:787\$530
CSO	42(08)	22/12/1734	Antônio de Sá Barbosa	16:591\$825
CSO	04(42)	23/7/1749	Domingos Pinto da Cunha	15:319\$651
CSO	24(01)	13/1/1750	Antônio Alves Pereira	11:143\$947
CPO	01(15)	13/12/1738	Maria Corrêa das Neves	10:631\$483
CPO	02(18)	10/10/1742	Matias de Crasto Porto	10:164\$808
CSO	05(04)	16/8/1735	Margarida de Linhares	10:127\$980

Entre 1754 e 1773:

Cartório	Ref. antiga	Data da abertura	Inventariado	Monte-mor calculado (em reis)
CSO	31(01)	17/6/1771	Alexandre de Oliveira Braga	72:347\$727
CSO	(33)1	9/7/1771	Antonio de Souza Lima	65:320\$208
CSO	07(22)	14/3/1763	Francisco da Silva Forte	64:000\$000
CSO	23(20);24(12); 42(11)	10/6/1760	Jacinto Vieira da Costa	38:371\$799
CSO	24(05)	10/7/1755	João Marques de Carvalho	38:031\$268
CSO	26(11)	20/4/1756	José Corrêa Silva	29:434\$075
CPO	Cód. 05 f. 53/107	11/10/1772	Caetano Pinto de Faria	24:927\$255
CSO	10(48)	25/8/1768	Antônio da Rocha Lima	22:223\$362
CSO	(26)01	7/6/1766	José de Souza Porto	19:096\$921
CPO	Cód. 05 f. 30/60	27/11/1772	João de Souza Brito	17:475\$333
CSO	33(02)	9/12/1755	Jacinta da Assumpção	16:031\$695

Cartório	Ref. antiga	Data da abertura	Inventariado	Monte-mor calculado (em reis)
CSO	45(01)	14/9/1755	Joana de Souza Araújo	12:891\$729
CPO	06(53)	31/3/1767	Estevão Rodrigues Maya	12:794\$030
CSO	06(01)	6/6/1769	Manuel Joseph de Abreu	11:868\$975
CSO	04(45)	7/3/1763	Fernando Pereira Guimarães	11:810\$934
CSO	09	14/5/1771	João Rodrigues Barros	10:877\$431
CSO	(36)03	4/6/1773	Mathias Pereira Pinto	9:910\$328
CSO	(11)09	1/1/1766	Antônio Ribeiro Bulhões	9:846\$650
CSO	43(18) e 11(13)	27/6/1755	Antônio Pereira Guimarães	9:342\$215

Fonte: Casa Borba Gato/Museu do Ouro – IBRAM: CPO/Inventários e CSO/Inventários.

OBS: Ver metodologia de pesquisa na página 5 do texto.

BIBLIOGRAFIA

- BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720 e 1888*. Bauru, EDUSC, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Agricultura e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARRARA. Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.
- COSTA, Filho Miguel. *A Cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IAA, 1963.
- FRAGOSO, João Luís e FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: sette letras, 1998.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GODOY, Marcelo Magalhães. Dinossauros de madeira e ferro fundido – os centenários engenhos de cana de Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. In: *Varia Historia*, nº 21, 1999.
- GUIMARÃES, Carlos magno e REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”. In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, nº 2, jun. 1986.
- LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Y & SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LUNA, Francisco V. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- _____. & COSTA, Iraci del N. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa. A Inconfidência Mineira. Brasil – Portugal, 1750-1808*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000
- MOORE JR, Barrington. *Aspectos Morais do crescimento econômico e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História regional e local)*. Salvador: UFBA, 1998.
- PAULA, João Antônio de. *O Prometeu do Sertão: economia e sociedade na capitania das Minas dos Matos Gerais*. SP: Tese de Doutorado apresentada à FFLCH/USP, 1988.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. 14ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.
- SANTOS, Raphael F. Um estudo sobre os padrões de posses de escravos em Minas Gerais In: *II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. Niterói: ABPHE, 2004.
- _____. Considerações sobre as atividades creditícias na sociedade mineira setecentista. In: *XII Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: cedeplar, 2006

SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Tese de doutoramento apresentado à PPGH/UFMG, 2002.

SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. In: *Cadernos IFCH-UNICAMP*. nº 17, 1985.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Pobreza estrutural e pobreza conjuntural no Rio de Janeiro, 1750-1808*. In: BOTELHO, Tarcísio R. *et al* (org.) *História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.